



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640208 - MG (2021/0013831-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : TATIANA DA SILVEIRA REIS E OUTRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARCIO APARECIDO MADEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCIO APARECIDO MADEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (apelação criminal n. 1.0043.19.001110-6/001).

O paciente foi condenado à pena de 9 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão e 968 dias-multa, em razão da prática do crime previsto no art. 33, *caput*, e art. 40, VI, ambos da Lei n. 11.343/06.

A impetrante afirma que foi interposto recurso especial, de modo que não ocorreu o trânsito em julgado.

Argumenta que o paciente é primário e de bons antecedentes, possui profissão definida e residência fixa.

Sustenta que o paciente possui o direito de recorrer em liberdade, pois não estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP.

Alega inobservância do art. 316 do CPP.

Ressalta a ausência de fundamentação quanto à Recomendação CNJ n. 62/2020 e quanto ao art. 282, §6º, do CPP.

Entende que a prisão é desproporcional e está lastreada apenas na gravidade abstrata do crime.

Requer, liminarmente e no mérito, a liberdade provisória ou a prisão domiciliar, com expedição de alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Muito embora tenham sido ajuizados em favor do paciente, anteriormente, os habeas corpus n. 637.799/MG e n. 634.137/MG, a causa de pedir dos *writs* mostra-se diversa, à exceção da alegação de inobservância do previsto no art. 316 do CPP, situação processual que poderá ser avaliada pelo Relator em momento oportuno.

Passo à análise do pleito de liminar.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência